

# CONCURSO PÚBLICO **IGEPPS**

**INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA  
E PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ**



**GOVERNO DO  
ESTADO DO PARÁ**

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO**

**CARGO 03:**

**TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO A**



**ATENÇÃO**

MARQUE O TIPO DE CADERNO DE PROVAS RECEBIDO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A NÃO MARCAÇÃO OU A MARCAÇÃO INCORRETA PODERÁ OCASIONAR A ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO.

**CADERNO  
DE PROVAS  
TIPO 01**

## **INSTRUÇÕES ESPECIAIS**

- Você está recebendo o seu Caderno de Provas contendo 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha, numeradas de 01 a 60, em ordem sequencial, e o comando da Prova Discursiva. Confira a sequência numérica de seu Caderno de Provas antes de iniciar a resolução, assim como o número de páginas, comunicando, imediatamente, ao Fiscal de Sala, em caso de repetição ou ausência de questão ou página.
- As respostas das questões objetivas de múltipla escolha do Caderno de Provas deverão ser marcadas no Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente.
- Para cada questão objetiva de múltipla escolha da Prova Objetiva existirão 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D e E), das quais apenas uma será correta, de acordo com o comando da questão. A marcação de mais de uma no Cartão Resposta anula, automaticamente, a resposta da questão.
- A Prova Discursiva deverá ser transcrita na Folha de Redação, em letra legível com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente. A Prova Discursiva deverá respeitar o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda na pontuação da mesma.
- A Folha de Redação não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da Prova Discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova.
- O tempo máximo disponível para realização da Prova Objetiva e da Prova Discursiva é de 5h (cinco horas), já incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão Resposta e da Folha de Redação.
- Somente depois de decorridas 02 (duas) horas do início da Prova, o candidato poderá entregar o seu Caderno de Provas, seu Cartão Resposta e a sua Folha de Redação, e retirar-se da sala de prova definitivamente.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão sair da sala de prova juntos.
- Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Provas e o Gabarito desde que nos últimos 30 (trinta) minutos antes do término do tempo destinado à realização das Provas.

**ATENÇÃO**

Escreva no espaço apropriado do seu **Cartão Resposta**, com a sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte "frase mestra" de Immanuel Kant:

**"Acredite em milagres, mas não dependa deles."**

A transcrição da "frase mestra" é obrigatória e servirá para identificar o Cartão Resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato no presente concurso público.

**CETAP**

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DE ADMINISTRAÇÃO  
CONCURSO PÚBLICO C-214**



Leia a crônica e responda o que se pede no comando da questão.

### A foto

Luís Fernando Veríssimo

Foi uma festa de família, dessas de fim de ano. Já que o bisavô estava morre não morre, decidiram tirar uma fotografia de toda família reunida, talvez pela última vez. A bisa e o bisa sentados, filhos, filhas, noras, genros e netos em volta, bisnetos na frente, esparramados pelo chão. Castelo, o dono da câmara, comandou a pose, depois tirou o olho do visor e ofereceu a câmara a quem ia tirar a fotografia. Mas quem ia tirar a fotografia? - Tira você mesmo, ué.

-Ah, é? Eu não saio na foto?

O Castelo era o genro mais velho. O primeiro genro. O que sustentava os velhos. Tinha que estar na fotografia.

Tiro eu – disse o marido da Bitinha - Você fica aqui - comandou a Bitinha. Havia uma certa resistência ao marido da Bitinha na família. A Bitinha, orgulhosa, insistia para que o marido reagisse. “Não deixa eles te humilharem, Mário César, dizia sempre. O Mário César ficou firme onde estava, do lado da mulher. A própria Bitinha fez a sugestão maldosa: - Acho que quem deve tirar é o Dudu ...

O Dudu era o filho mais novo de Andradina, uma das noras, casada com o Luiz Olavo. Havia a suspeita, nunca claramente anunciada, de que não fosse o filho do Luiz Olavo. O Dudu se prontificou a tirar a fotografia, mas Andradina segurou o filho.

-Só faltava essa, o Dudu não sair.

E agora?

- Pô, Castelo. Você disse que essa câmara só faltava falar. E não tem nem timer!

O Castelo impávido. Tinham ciúmes dele. Porque ele tinha um Santana do ano. Porque compra a câmara num *duty free* da Europa. Aliás, o apelido dele entre os outros era “*Dutifri*”, mas ele não sabia.

Revezamento - sugeriu alguém - Cada genro bate uma foto em que ele não aparece e ...

A ideia foi sepultada em protestos. Tinha que ser toda família reunida em volta do bisa. Foi quando o próprio bisa se ergueu, caminhou decididamente até o Castelo e arrancou a câmara da sua mão.

- Dá aqui.

- Mas seu Domício.

- Vai pra lá e fica quieto.

- Papai, o senhor tem de sair na foto. Senão não tem sentido!

- Eu fico implícito, disse o velho já com o olho no visor.

E antes que houvesse mais protestos, acionou a câmara, tirou a foto e foi dormir.

Fonte: Comédias para se Ler na Escola.

### Questão 01

A Crônica “A foto” tematiza como ideia central:

- A) sobre os benefícios das reuniões familiares.
- B) a toxidade em relações familiares.
- C) o excesso de consumismo na modernidade.
- D) a relação fraterna entre cunhados.
- E) a união familiar diante de prenúncio de perdas.

### Questão 02

Assinale a alternativa em que há vírgula(s) para destacar o predicativo.

- A) “Castelo, o dono da câmara, comandou a pose, (...)”.
- B) “(...) Bitinha, orgulhosa, insistia (...)”.
- C) “Não deixa eles te humilharem, Mário César, (...)”
- D) “O Mário César ficou firme onde estava, do lado da mulher.”
- E) “Papai, o senhor tem de sair na foto.”

### Questão 03

A distinção genérica feita por um determinante “o/a” em “a bisa e o bisa” enquadraria a forma quanto ao gênero como:

- A) substantivo uniforme.
- B) epiceno.
- C) comum de dois.
- D) sobrecomum.
- E) biforme.

### Questão 04

Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta sobre o excerto:

“- Papai, o senhor tem de sair na foto. Senão não tem sentido!”

I- “Papai”, sintaticamente, é sujeito da oração.

II- “de” é uma preposição.

III- “Senão” pode ser substituído por “caso contrário”.

IV- Há dois adjuntos adverbiais no excerto.

- A) Só I, II e III são corretas
- B) Só II e IV são corretas.
- C) Só III e IV são corretas.
- D) Só I e IV são corretas.
- E) Só II, III e IV são corretas.

### Questão 05

Sobre o texto destacado a seguir, é inadequado afirmar que:

“E antes que houvesse mais protestos, acionou a câmara, tirou a foto e foi dormir.”

- A) “houvesse” poderia ser substituído por “existissem”.
- B) a primeira oração não tem sujeito.
- C) as vírgulas foram usadas para separar orações.
- D) na primeira oração, falhou a concordância.
- E) a quarta oração é coordenada sindética aditiva.

## Questão 06

O trecho "Já que" no período "Já que o bisavô estava morre não morre, decidiram tirar uma fotografia de toda família reunida, talvez pela última vez." semântica e estruturalmente sugere:

- A) consequência.
- B) concessão.
- C) conformidade.
- D) tempo.
- E) causa.

## Questão 07

A compreensão e a estrutura textual não permitem inferir que:

- A) a opção pela forma "câmara" está de acordo com a norma.
- B) Castelo poderia ser adjetivado de provedor.
- C) o aceite à sugestão de Bitinha confirmaria a exclusão de Dudu.
- D) "impávido" diz do caráter frouxo e covarde do primeiro genro.
- E) a atitude de Domicio desdiz de sua avaliação clínica.

## Questão 08

Marque a alternativa em que há uma derivação imprópria:

- A) O Castelo.
- B) Revezamento.
- C) decididamente.
- D) prontificou.
- E) brasileiros.

## Questão 09

Sobre: "Eu fico implícito, (...)", é incorreto afirmar:

- A) O adjetivo da frase pode ser trocado por "obscuro", "subtendido".
- B) O verbo é intransitivo.
- C) "implícito" é predicativo do sujeito.
- D) Tem-se um predicado nominal.
- E) O sujeito é simples.

## Questão 10

São exemplos de acentuação pela mesma regra de "resistência":

- A) impávido,
- B) câmara.
- C) Mário.
- D) alguém.
- E) última.



## LEGISLAÇÃO APLICADA AOS SERVIDORES DO IGEPPS

## Questão 11

A Lei Complementar n.º 039/2002 (institui o Regime de Previdência Estadual do Pará), e alterações, se houver, determina que perderá a qualidade de beneficiário:

- I- o segurado obrigatório e o dependente que vier a falecer;
- II- o segurado obrigatório que for exonerado, dispensado, demitido ou desligado;

III- o(a) companheiro(a) pela cessação da união estável com o segurado mesmo que lhe for assegurada a prestação de alimentos;

IV- o(a) cônjuge, companheiro ou companheira de segurado falecido, pelo casamento ou pelo estabelecimento de união estável;

Após a leitura e análise das assertivas, pode-se afirmar que estão corretas as assertivas:

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

## Questão 12

Os processos de aposentadoria do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes do Estado, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas, do Ministério Público de Contas, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e dos membros da Magistratura, segundo o Regulamento Geral do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, devem ser instruídos com alguns dos seguintes documentos, exceto:

A) requerimento padrão, preenchido e assinado pelo servidor e pelo representante do órgão/entidade de origem, inclusive nos casos de aposentadoria involuntária: compulsória ou por invalidez (via original).

B) termo de opção pela regra de aposentadoria, devidamente assinado pelo servidor e pelo representante do órgão/entidade de origem (em via original).

C) documento de identificação oficial do servidor, com foto, CPF, contato, comprovante de residência atualizado e certidão de nascimento ou certidão de casamento, com averbação de separação judicial, divórcio ou óbito, e declaração, certidão ou escritura pública de união estável, se for o caso (cópia conferida com a via original).

D) demonstrativo de pagamento relativo à última remuneração percebida (último contracheque), com a identificação funcional do responsável pela emissão.

E) declaração do órgão acerca da existência, ou não, de sindicância, inquérito ou processo a que o servidor esteja respondendo (via original).

## Questão 13

A respeito do Comitê de Investimento - COINV previsto no Decreto n.º 1.751/ 2005, e alterações, se houver, leia as afirmações seguinte e marque a única incongruente.

A) O Comitê de Investimentos será composto de 5 (cinco) membros e constituído da seguinte forma: I - Presidente do IGEPREV; II - Diretor do Tesouro Estadual; III - 3 (três) profissionais do mercado financeiro especialistas em finanças, sendo um deles, preferencialmente, com experiência em gestão de fundo de pensão.

B) Os membros do Comitê de Investimentos serão nomeados pelo Governador do Estado para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, por igual período.

C) O Comitê de Investimentos, como órgão deliberativo, não terá função executiva, competindo-lhe emitir recomendações à Diretoria Executiva sobre a análise e avaliação efetuadas nas propostas encaminhadas para sua manifestação.

D) Os membros do COINV, na condição de servidores públicos, não serão remunerados, podendo ser atribuído aos integrantes da atividade privada, com base em preceitos legais, um valor remuneratório pelo exercício da função.

E) As reuniões do COINV poderão ser realizadas com a presença da maioria simples de seus membros.

#### Questão 14

Sobre as competências das unidades administrativas trazidas pela Lei n.º 8.613/2018, e alterações, se houver, apenas não se pode afirmar:

A) Ao Núcleo de Planejamento, diretamente subordinado ao Presidente do IGEPREV, compete planejar, elaborar, coordenar, acompanhar e avaliar o planejamento e orçamento anual do IGEPREV, observando as diretrizes estabelecidas nos programas, planos e ações do Governo do Estado e no Planejamento Plurianual.

B) Ao Núcleo de Controle Interno, diretamente subordinado ao Presidente do IGEPREV, compete executar e controlar, em consonância com as normas da Auditoria Geral do Estado, as atividades de controle interno no âmbito do Instituto.

C) Aos Núcleos Regionais, diretamente subordinados ao Presidente do IGEPREV, compete planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades referentes ao cadastro e habilitação de beneficiários do regime próprio de previdência dos servidores do Estado do Pará, desenvolvidas nos municípios sob sua jurisdição.

D) Ao Núcleo de Investimento, diretamente subordinado ao Presidente do IGEPREV, compete planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades administrativas relativas à tecnologia da informação, arrecadação e fiscalização, finanças, orçamento, pessoal,

E) À Diretoria de Previdência, diretamente subordinado ao Presidente do IGEPREV, compete planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de inscrição, cadastro e habilitação, assim como a concessão, a revisão e a manutenção de benefícios previdenciários aos servidores do Estado do Pará, aos segurados, seus dependentes e pensionistas do IGEPREV.

#### Questão 15

As consignações em folha de pagamento são compulsórias e facultativas conforme estabeleceu a Lei n.º 5.810/94, e alterações, se houver. São consideradas contribuições compulsórias:

I- imposto sobre o rendimento do trabalho, na forma da lei;

II- pensões alimentícias fixadas ou homologadas extrajudicialmente;

III- reembolso de benefícios e auxílios prestados aos servidores e pela Administração Pública Estadual, na forma da lei;

IV- contribuição para plano de saúde em favor de entidade administradora de planos de saúde do Estado, caso o servidor tenha manifestado sua opção pela adesão como segurado ao plano.

Estão corretas:

A) apenas as assertivas I e II.

B) apenas as assertivas I, III e IV.

C) apenas as assertivas II, III e IV.

D) apenas as assertivas I, II e IV.

E) as assertivas I, II, III e IV.



#### ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

#### Questão 16

O Ministério Público poderá, nos termos da Lei n.º 8.429/1992, e alterações, se houver, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados:

I- o integral ressarcimento do dano;

II- a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados;

III- a reparação moral à pessoa jurídica lesada.

Após a análise das afirmativas, marque a alternativa correta.

A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

D) As afirmativas I, II e III estão corretas.

E) As afirmativas I e III estão erradas.

#### Questão 17

O Decreto n.º 11.129/2022, e alterações, se houver, trata do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR estabelecendo o seguinte, exceto:

A) A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é da autoridade máxima da entidade em face da qual foi praticado o ato lesivo ou, em caso de órgão da administração pública federal direta, do respectivo Ministro de Estado.

B) No ato de instauração do PAR, a autoridade designará comissão, composta por dois ou mais servidores estáveis.

C) Instaurado o PAR, a comissão avaliará os fatos e as circunstâncias conhecidas e indiciará e intimará a pessoa jurídica processada para, no prazo de trinta dias, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretenda produzir.

D) Será assegurado o sigilo do PAR, sempre que necessário à elucidação do fato ou quando exigido pelo interesse das partes, garantido à pessoa jurídica processada o direito à ampla defesa e ao contraditório.

E) O prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão de PAR não excederá cento e oitenta dias, admitida a prorrogação, mediante solicitação justificada do presidente da comissão à autoridade instauradora, que decidirá de maneira fundamentada.

#### Questão 18

Na esfera administrativa, conforme determina a Lei n.º 12.846/2013, e alterações, se houver, as sanções aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta lei deverão observar, exceto:

- A) a gravidade da infração.
- B) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator.
- C) a consumação ou não da infração.
- D) o grau de lesão ou perigo de lesão.
- E) a situação social do infrator.

**Questão 19**

A Lei n.º 13.709/2018, e alterações, se houver, dispõe, dentre outros assuntos, a respeito do tratamento de dados pessoais. Sobre o assunto, leia os itens seguintes e marque a alternativa correta:

I- O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.

II- A eventual dispensa da exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas nesta Lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.

III- Não é dispensada a exigência do consentimento para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei.

- A) Os itens I e II estão corretos.
- B) Os itens II e III estão corretos.
- C) Os itens I e III estão corretos.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Apenas o item I está correto.

**Questão 20**

Analise as afirmativas a seguir sobre Ética e marque a alternativa correta:

I- O que é um Código de Ética? É um padrão que serve de guia para a conduta de um determinado grupo. É um conjunto de princípios, assumidos publicamente, que orientam determinadas atividades, de acordo com os anseios sociais por honestidade, solidariedade e correção.

II- Um código de ética não pode, obviamente, pôr-se fora ou além da lei: não pode servir como desculpa ou meio para legitimar comportamentos que a lei proíbe.

- A) A afirmativa I está correta e a II errada.
- B) Ambas as afirmativas estão erradas.
- C) A afirmativa I está correta e a II complementa a I.
- D) A afirmativa I está errada e a II está correta.
- E) Ambas as afirmativas estão corretas e a II não complementa a I.



**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 21**

Leia os itens seguintes:

I- O Brasil adotou a federação como forma de governo, o que pode ser depreendido do art. 1º, CF, que estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados federados, Municípios e Distrito Federal.

II- O federalismo brasileiro pode ser considerado de quatro níveis, pois a autonomia política é evidenciada na União, nos Estados federados, nos Municípios e no Distrito Federal.

III- A Constituição Federal consagra o federalismo como princípio fundamental.

IV- Conforme se depreende da interpretação do art. 18, CF, no federalismo brasileiro, a autonomia dos Estados federados, Distrito Federal e Municípios compreende somente o autogoverno, que consiste na possibilidade de o ente escolher, pelas vias constitucionais adequadas, os agentes que desempenharão as funções públicas.

Estão corretos apenas os itens:

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) II, III e IV.
- D) III e IV.
- E) I, II e III.

**Questão 22**

Em relação aos direitos atinentes à nacionalidade, marque a alternativa correta:

- A) A Constituição Federal proíbe qualquer diferenciação de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados.
- B) Os cargos de Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Ministro do Supremo Tribunal Federal são privativos de brasileiros natos.
- C) A chamada naturalização extraordinária ocorre quando é conferida nacionalidade brasileira aos estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que a requeiram.
- D) A perda-punição da nacionalidade ocorre na hipótese de o brasileiro adquirir outra nacionalidade.
- E) Terão nacionalidade brasileira derivada tácita os portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros.

**Questão 23**

Pedro, militar, pretende se candidatar, no próximo pleito eleitoral, para Prefeito. No ano das eleições, Pedro terá 31 (trinta e um) anos de idade e 7 (sete) anos de serviço militar. Nesse caso, é correto afirmar, consoante a Constituição Federal:

- A) Pedro não poderá ser candidato, pois o militar não tem capacidade eleitoral ativa e passiva.
- B) Pedro não poderá ser candidato, pois o militar, embora seja alistável, é inelegível.
- C) Pedro poderá se candidatar, porém não para Prefeito, pois a Constituição exige idade de mínima de 35 (trinta e cinco) anos como condição de elegibilidade.
- D) Pedro poderá ser candidato e, nesse caso, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- E) Pedro poderá ser candidato e, nesse caso, deverá afastar-se de suas atividades.

**Questão 24**

Marque a alternativa correta em relação aos Territórios Federais, conforme a Constituição Federal:

- A) A Constituição veda a criação de novos Territórios Federais.
- B) Os Territórios Federais pertencerão aos Estados federados dos quais foram desmembrados.
- C) A criação de Território Federal será regulada em lei complementar.

D) A transformação de Território Federal em Estado depende de lei específica da União e será regulada em Decreto do Presidente da República.

E) A reintegração de Território Federal ao Estado de origem será regulada em lei específica do Estado de origem.

Questão 25

De acordo com a Constituição Federal, a exploração, dos serviços de gás canalizado:

A) é competência comum dos Estados federados, Distrito Federal e dos Municípios.

B) cabe aos Estados federados explorar mediante concessão, apenas.

C) cabe aos Estados federados explorar, diretamente ou mediante concessão, podendo a regulamentação ser feita por medida provisória.

D) pode ser feita pelos Estados federados, diretamente.

E) compete à União a exploração desse serviço, que deverá ser regulamentado por lei complementar.



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 26

De acordo com a Constituição Federal, é reserva de lei complementar:

A) a criação de autarquia.

B) a autorização para criação de empresa pública.

C) a autorização para criação de sociedade de economia mista.

D) a autorização para criação de subsidiária de empresa pública.

E) a definição de área de atuação de fundação instituída pela Administração Pública.

Questão 27

Em relação às regras constitucionais do regime próprio de previdência social de servidor público titular de cargo efetivo, é correto afirmar sobre a contagem de tempo de contribuição fictício:

A) É vedado o estabelecimento, ainda que por lei, de contagem de tempo de contribuição fictício.

B) É possível a contagem de tempo de contribuição fictício, em qualquer situação, desde que seja estabelecida por lei complementar do respectivo ente federativo.

C) É possível a contagem de tempo de contribuição fictício, em qualquer situação, desde que seja estabelecida por lei complementar federal de abrangência nacional.

D) É possível a contagem de tempo de contribuição fictício, desde que haja previsão em lei específica e se refira a uma das hipóteses de cumulação constitucional de cargos públicos.

E) É possível a contagem de tempo de contribuição fictício, desde que haja previsão em lei e que a atividade desempenhada pelo servidor seja insalubre, perigosa ou penosa.

Questão 28

Em determinado processo administrativo foi expedida intimação ao interessado para efetivação de diligência solicitada pela Administração. O interessado, porém, se recusou a assinar o comprovante de recebimento da intimação ao argumento de que não foi respeitado o prazo de

10 (dez) dias úteis entre a intimação e a prática do ato. Nesse caso, é correto afirmar, com fundamento na Lei estadual n.º 8.972/2020:

A) Diante da recusa de assinar o comprovante de recebimento pelo interessado, a Administração Pública deve repetir o ato por meio eletrônico ou por via postal com aviso de recebimento.

B) A recusa não tem amparo legal, pois a Lei estadual n.º 8.972/2020 estabelece que a intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.

C) Caso o interessado não compareça à diligência ao qual foi instado, o processo prosseguirá e serão reputados verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública.

D) É desnecessária a intimação para efetivação de diligências, sendo exigida apenas para ciência das decisões proferidas ao longo do processo administrativo.

E) A intimação é nula porque há antecedência mínima de 10 (dez) dias entre a intimação e a data de comparecimento.

Questão 29

No curso de determinado procedimento de invalidação de contrato administrativo instaurado de ofício pela Administração Pública, a autoridade competente determinou a suspensão do contrato sob análise a fim de evitar lesão ao interesse público de difícil reparação. Em decisão final, o contrato foi invalidado, porém ficou estabelecido que os efeitos da invalidação seriam produzidos a partir da decisão de suspensão do negócio, mantidos os efeitos anteriores a esse marco decisório. Nesse caso, é correto afirmar, com fundamento na Lei estadual n.º 8.972/2020:

A) A Lei estadual n.º 8.972/2020 autoriza de maneira expressa a modulação dos efeitos da decisão que invalida contrato administrativo por razões de segurança jurídica ou relevante interesse social, pelo que a Administração pode decidir que a eficácia da invalidação tenha por marco momento específico.

B) Há vício no processo administrativo, pois de acordo com a Lei estadual n.º 8.972/2020, o procedimento de invalidação não pode ser instaurado de ofício e depende de provocação do interessado ou do Ministério Público.

C) A Lei estadual n.º 8.972/2020 não autoriza a suspensão do contrato administrativo no curso do procedimento de invalidação, antes da decisão final.

D) A Lei estadual n.º 8.972/2020 não prevê a modulação dos efeitos da decisão, porém essa possibilidade decorre dos princípios expressos no art. 3º do mesmo Diploma legal, especialmente os princípios da segurança jurídica, da razoabilidade e da indisponibilidade do interesse público.

E) Há vício no processo administrativo, pois a Lei estadual n.º 8.972/2020 veda a modulação dos efeitos nos casos de procedimento de invalidação.

Questão 30

Analisar os itens a seguir:

I- Em todo contrato administrativo é necessário haver cláusula que preveja a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

II- Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

III- O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos pode estabelecer tratamento diferenciado de natureza previdenciária entre empresas brasileiras e estrangeiras.

IV- É permitido a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

Estão corretos, conforme a Lei n.º 14.133/2021, apenas os itens:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.



### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### Questão 31

O Ministério do Trabalho e Previdência emitiu a Portaria n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com essa normatização que também trata sobre a acumulação de benefícios, analise as afirmações seguintes e marque a alternativa correta:

I- É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social;

II- É permitida a acumulação de pensões por morte do mesmo segurado instituidor no âmbito do mesmo regime de previdência social, decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37, XVI da Constituição Federal;

III- Nas hipóteses das acumulações, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com algumas faixas, como a de 100% (cem por cento) do valor da parcela de até 1 (um) salário-mínimo nacional.

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- D) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão corretas.

#### Questão 32

A respeito da aposentadoria compulsória prevista em diversas normatizações brasileiras, apenas não se pode afirmar:

A) A superveniência de incapacidade permanente para o trabalho ou o fato de o segurado ter atingido a idade para a

aposentadoria compulsória alteram o seu direito de opção pelo exercício do direito adquirido à aposentadoria voluntária.

B) Na ocorrência das hipóteses previstas para concessão de aposentadoria compulsória ou por incapacidade permanente a segurado que tenha implementado os requisitos legais para concessão de aposentadoria voluntária em qualquer regra, o RPPS deverá facultar que, antes da concessão da aposentadoria de ofício, o segurado, ou seu representante legal, opte pela aposentadoria de acordo a regra que lhe seja mais vantajosa.

C) Serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.

D) Na concessão da aposentadoria compulsória, é vedada a fixação de limites mínimos de proventos em valor superior ao salário-mínimo nacional.

E) É vedado o estabelecimento de idade de aposentadoria compulsória diversa da prevista na Lei Complementar n.º 152, de 3 de dezembro de 2015.

#### Questão 33

Na Lei n.º 10.887/2004, e alterações, se houver, entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:

- I- as diárias para viagens;
- II- a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
- III- a indenização de transporte;
- IV- o salário-família;
- V- o auxílio-alimentação;
- VI- o auxílio pré-escolar.

Completem, corretamente, o comando da questão apenas os itens:

- A) I, II, III e IV.
- B) II, IV, V e VI.
- C) I, II, III, IV e V.
- D) II, III, IV e V.
- E) I, II, III, IV, V e VI.

#### Questão 34

A "Exclusão do Serviço Ativo" prevista na Lei Estadual n.º 5.251/1985, e alterações, se houver, prevê que:

A) o desligamento do serviço ativo será processado antes da expedição do ato do Governador do Estado ou de autoridade a qual tenham sido delegados poderes para isso.

B) a transferência para a reserva remunerada ou reforma isentam o Policial Militar da indenização dos prejuízos causados à Fazenda Estadual ou a terceiros nem por pagamento das pensões decorrentes de sentença judicial.

C) o oficial demissionário, a pedido, terá direito a qualquer remuneração, sendo a sua situação militar definida pela Lei do Serviço Militar.

D) o direito à demissão a pedido pode ser suspenso na vigência do estado de guerra, calamidade pública, perturbação da ordem interna, estado de sítio, estado de emergência, em caso de mobilização ou, ainda, quando a legislação específica determinar.

E) a exclusão do serviço ativo da Policial Militar e o consequente desligamento da Organização, a que estiver vinculado o Policial Militar não pode decorrer por motivo de deserção.

Questão 35

Fica, igualmente, instituído o Fundo Previdenciário do Estado do Pará - FUNPREV, de natureza contábil, em regime de capitalização, também vinculado ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, com a finalidade de prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada e reforma, e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual. Constituem, dentre outros, receita ou patrimônio do FUNPREV, exceto:

A) as dotações consignadas na lei orçamentária anual e os créditos adicionais.

B) o produto da alienação de bens que lhe forem destinados.

C) os rendimentos de seu patrimônio, tais como os obtidos com aplicações financeiras ou com o recebimento de contrapartida pelo uso de seus bens.

D) os recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços.

E) os recursos oriundos da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e o regime próprio dos servidores estaduais, na forma prevista na legislação estadual.

Questão 36

O Regime de Previdência Estadual, reorganizado pela Lei Complementar n.º 39/2002, e alterações, se houver, visa assegurar o direito relativo à previdência aos servidores públicos, aos militares estaduais, aos segurados do Regime e seus dependentes obedecendo aos seguintes princípios e diretrizes, exceto:

A) cobertura exclusiva aos segurados e respectivos dependentes, permitido o pagamento de benefícios mediante convênios e consórcios.

B) caráter democrático da gestão administrativa, com participação de representantes do Poder Público Estadual e dos seus segurados nos termos desta Lei e regulamento.

C) sistema solidário de seguridade, com a obrigatoriedade de participação, mediante contribuição de seus participantes.

D) organização baseada em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir equilíbrio financeiro e atuarial ao Regime.

E) identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis dos segurados e dependentes, dos demais encargos incidentes sobre proventos e pensões.

Questão 37

No que tange à "carência" prevista no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) trazida na Lei n.º 8.213/91, e alterações, se houver, analise as asserções seguintes e marque a alternativa correta:

I- Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências;

II- Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições referentes ao período a partir da data de filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no caso dos segurados empregados, inclusive os domésticos, e dos trabalhadores avulsos;

III- Depende de carência a concessão da prestação de salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

A) Apenas a assertiva I está correta.

B) Apenas a assertiva II está correta.

C) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

E) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 38

Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção da Lei n.º 8.213/1991, e alterações, se houver, será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes, exceto:

A) não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais.

B) é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes.

C) não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro.

D) é vedada a desaverbação de tempo em regime próprio de previdência social quando o tempo averbado tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade.

E) o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social não será contado mesmo mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo.

Questão 39

A Previdência complementar prevista na Lei Complementar Estadual n.º 111/2016, e alterações, se houver, trata da "Manutenção e da Filiação", estabelecendo que poderá permanecer filiado ao respectivo plano de benefícios, o participante:

I- cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista;

II- afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, com ou sem recebimento de remuneração;

III- que optar pelo benefício proporcional diferido ou pelo autopatrocínio, na forma estabelecida pelo órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar e no regulamento do respectivo plano de benefícios.

Estão corretos:

- A) apenas o item I.
- B) apenas os itens I e II.
- C) os itens II e III.
- D) apenas o item II.
- E) apenas os itens I e III.

Questão 40

Marque a única alternativa que esteja em dissonância às regras constitucionais sobre a Seguridade Social:

A) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

B) A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma isolada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, vedada a cada área a gestão de seus recursos.

C) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

D) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

E) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

Questão 41

“Uma Constituição, ao instituir o Estado, (a) organiza o exercício do poder político, (b) define os direitos fundamentais dos indivíduos e (c) estabelece determinados princípios e traça fins públicos a serem alcançados. Por via de consequência, as normas materialmente constitucionais podem ser agrupadas nas seguintes categorias: a) normas constitucionais de organização; b) normas constitucionais definidoras de direitos; c) normas constitucionais programáticas”

Fonte: BARROSO, Luís R. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo - Os conceitos Fundamentais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. p. 73.

Sobre essa classificação das normas constitucionais, é correto afirmar:

- A) As normas constitucionais definidoras de direitos, por serem estruturantes do poder político, se dirigem aos poderes do Estado e seus agentes públicos e políticos.
- B) As normas que estabelecem regras processuais ou procedimentais de revisão da Constituição são normas constitucionais programáticas.
- C) As normas que definem as competências dos órgãos constitucionais são normas de organização.

D) As normas que veiculam direitos individuais são normas constitucionais programáticas.

E) A redução das desigualdades regionais é um exemplo de normas constitucionais definidoras de direitos.

Questão 42

Em conformidade com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre a previdência social:

- A) é exclusiva da União, que não pode delegá-la aos Estados nem ao Distrito Federal.
- B) é privativa da União, que pode autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas.
- C) é privativa dos Estados e do Distrito Federal.
- D) é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
- E) é comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Questão 43

De acordo com a Constituição Federal, o membro da Polícia Militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo ou emprego civil permanente:

A) ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei.

B) ficará agregado ao respectivo quadro, porém enquanto permanecer nessa situação não poderá ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei.

C) ressalvada a hipótese de cumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, será reformado, nos termos da lei.

D) ressalvada a hipótese de cumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, será transferido para a reserva, nos termos da lei.

E) poderá cumular os cargos, desde que haja compatibilidade de horários.

Questão 44

A Lei ordinária federal X criou, no âmbito de autarquia federal, cargo de técnico administrativo. O projeto que deu origem à Lei X foi apresentado por deputado federal e teve sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados. Nesse caso, conforme a Constituição Federal, a Lei X:

A) não apresenta vícios de ordem formal e material que comprometam sua constitucionalidade.

B) é inconstitucional, pois é reserva de lei complementar a criação de cargos públicos em autarquias federais.

C) é inconstitucional por vício de iniciativa, pois o projeto deveria ter sido apresentado pelo Presidente da República.

D) é inconstitucional porque os projetos de iniciativa de deputado federal devem ter a tramitação iniciada no Senado Federal.

E) é inconstitucional, pois tendo a autarquia personalidade jurídica própria, a iniciativa para projetos que disciplinem seus cargos é de iniciativa do chefe da entidade.

Questão 45

De acordo com a Constituição Federal, a denúncia de irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União pode ser feita:

- A) pelo Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado e membro do Congresso Nacional, apenas.
- B) pelo Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, membro do Congresso Nacional e Ministro do Supremo Tribunal Federal, apenas.
- C) pelo Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, membro do Congresso Nacional, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça, apenas.
- D) pelo Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, membro do Congresso Nacional, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e autoridade do controle interno de quaisquer dos Poderes da União, apenas.
- E) por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, na forma da lei.

Questão 46

Em relação à sindicância, analise os itens seguintes:

- I- É pacífico na doutrina que a sindicância não tem natureza de processo administrativo, o que significa concluir que a ela não é aplicável o princípio do devido processo legal.
- II- De acordo com a Lei estadual n.º 5.810/1994, em razão do princípio da inércia, a sindicância não pode ser instaurada de ofício.
- III- De acordo com a Lei estadual n.º 5.810/1994, da sindicância poderá resultar a celebração de Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD), nos casos sujeitos à repreensão.
- IV- De acordo com a Lei estadual n.º 5.810/1994, o parente, consanguíneo ou afim, do acusado não poderá participar de comissão de sindicância.

Estão corretos:

- A) todos os itens.
- B) apenas os itens I e III.
- C) apenas os itens II, III e IV.
- D) apenas os itens I e II.
- E) apenas os itens III e IV.

Questão 47

Aquele que, sem a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, utilizar em obra particular bem móvel de propriedade do Estado:

- A) comete ato de improbidade administrativa considerado crime contra o patrimônio e a ordem pública.
- B) pratica ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- C) pratica ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, especialmente o princípio da moralidade.
- D) pratica ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito, porém como agiu sem dolo, a penalidade será atenuada.
- E) por estar ausente o dolo, a conduta não é considerada ato de improbidade administrativa.

Questão 48

Pedro é servidor público aposentado desde 2019 e durante a atividade exercia cargo público de provimento efetivo. Em 2023, Pedro pediu o retorno à atividade. Nesse caso, é correto afirmar, de acordo com a Lei estadual n.º 5.810/1994:

- A) Pedro terá que solicitar sua recondução ao cargo antes ocupado e seu retorno dependerá de interesse da Administração.
- B) O retorno do servidor aposentado à atividade é chamado de reversão e a legislação estadual somente permite a reversão nos casos de aposentadoria por incapacidade permanente, quando junta médica oficial constatar que não existem mais os motivos que levaram o servidor à aposentação.
- C) A reversão a pedido é possível pela legislação, porém Pedro não pode mais retornar à atividade porque o prazo para requerer a reversão é de até 2 (dois) anos.
- D) A reversão de Pedro dependerá da existência de cargo vago.
- E) O retorno à atividade de Pedro prescinde de interesse da Administração.

Questão 49

Em relação ao terceiro setor, marque a alternativa correta:

- A) As entidades que integram o chamado terceiro setor, uma vez que firmem termo de parceria com a Administração pública, passam, durante a vigência da parceria, a integrar a estrutura administrativa formal do ente contratante, inclusive com a equiparação dos trabalhadores da entidade a servidores públicos, para todos os efeitos.
- B) É permitido que o Estado constitua entidade com recursos públicos, personalidade jurídica de direito público, controlada pela Administração pública, e a qualifique como organização social.
- C) As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.
- D) O terceiro setor é assim denominado para diferenciar as entidades que o integram daquelas que exploram atividade econômica com fins lucrativos (primeiro setor) e dos órgãos e entidades do Estado (segundo setor).
- E) Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito público ou privado, desde que sem fins lucrativos, que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 2 (dois) anos.

Questão 50

Considere que a Administração delegou, mediante licitação, a prestação de serviço público a consórcio de empresas. Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- A) permissão ou concessão de serviço público, a depender da modalidade de licitação adotada.
- B) permissão de serviço público.
- C) permissão ou concessão de serviço público, a depender da precariedade da delegação.
- D) concessão de serviço público.
- E) concessão de serviço público precedida de execução de obra pública, que é a única forma de concessão que permite a delegação a consórcio de empresas.

## Questão 51

Ana, pessoa com deficiência que apresenta impedimento de longo prazo de natureza mental e sensorial, perdeu os pais aos 17 (dezesete) anos de idade. Nesse caso, é correto afirmar:

- A) A deficiência de Ana, por apresentar impedimento de natureza mental, faz com que a menor seja absolutamente incapaz. Nesse caso, Ana precisará imediatamente de um curador para suprir sua incapacidade.
- B) Embora Ana seja absolutamente incapaz, o fato de ser menor de idade faz com que ela deva ser colocada sob tutela até completar 18 (dezoito) anos, momento em que lhe deverá ser nomeado um curador para suprir sua incapacidade.
- C) Ana é relativamente incapaz e, por ser menor de idade, precisará necessariamente ficar sob tutela até completar 18 (dezoito) anos, momento em que lhe deverá necessariamente ser nomeado um curador para suprir sua incapacidade.
- D) Ana poderá adotar processo de tomada de decisão apoiada, em que elegerá pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.
- E) Se Ana optar pelo processo de tomada de decisão apoiada, o apoio prestado pelas pessoas de confiança de Ana deverá ser necessariamente ilimitado e por prazo indeterminado, até sobrevir causa que justifique a necessidade de modificação do acordo, o que deverá ser avaliado pelo juiz após oitiva do Ministério Público.

## Questão 52

Leia os itens seguintes sobre o Estatuto do portador de câncer no Estado do Pará (Lei estadual n.º 8.588/2018):

I- Para fins de aplicação da Lei, consideram-se apoios especiais qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico, visando à melhoria da funcionalidade e qualidade de vida da pessoa com câncer, como produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia inclusive os adaptados ou especialmente projetados, como órteses e próteses, bolsas coletoras para ostomizados, entre outros.

II- É dever exclusivo do Estado assegurar, com preferência, às pessoas portadoras de câncer, a plena efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à habitação, à previdência social, habilitação e reabilitação, à convivência familiar e comunitária, dentre outros decorrentes da Constituição Federal e das leis que propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

III- É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou violação dos direitos da pessoa com câncer.

IV- Incumbe ao Poder Público Estadual desenvolver políticas públicas de saúde específicas voltadas para as pessoas com câncer, que incluam, em outras, a disseminação de práticas e estratégias de atendimento e de reabilitação baseadas na comunidade, a partir da atuação privilegiada dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família.

Estão corretos, com fundamento na Lei estadual n.º 8.588/2018:

- A) todos os itens.
- B) apenas os itens I, III e IV.
- C) apenas os itens I, II e IV.
- D) apenas os itens II e III.
- E) apenas os itens III e IV.

## Questão 53

Pedro, 75 anos de idade, viúvo, não tem condições de prover o próprio sustento. Considere que Pedro não tem mais ascendentes, nem irmãos, porém tem dois filhos e cinco netos, todos maiores de idade e com boas condições financeiras. Neste caso, é correto afirmar, em conformidade com o Código Civil e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003):

- A) Os descendentes em linha reta são solidariamente responsáveis pelos alimentos devidos a Pedro, podendo o idoso optar entre os prestadores.
- B) Embora todos os descendentes em linha reta sejam sujeitos passivos potenciais da obrigação alimentar, a responsabilidade é subsidiária e os graus mais próximos excluem os mais remotos, de modo que Pedro deverá inicialmente acionar seus filhos, esses solidários, e, apenas na impossibilidade de eles prestarem os alimentos, a obrigação re-cairá aos netos.
- C) Embora todos os descendentes em linha reta sejam sujeitos passivos potenciais da obrigação alimentar, a responsabilidade é subsidiária e a lei determina que o escalonamento seja feito pelos critérios de grau de parentesco e idade: primeiro a obrigação é dirigida ao filho mais velho, depois ao mais novo, e na impossibilidade, recairá aos netos, sempre respeitando a ordem de idade.
- D) Embora todos os descendentes em linha reta sejam sujeitos passivos potenciais da obrigação alimentar, a responsabilidade é subsidiária e a lei determina que a obrigação recaia primeiro sobre aquele que tiver mais condições de arcar com os pagamentos.
- E) Como a obrigação alimentar é divisível, Pedro terá que cobrar individualmente de cada um dos 5 (cinco) prestadores o equivalente a 1/5 (um quinto) do valor total fixado pelo juiz.

## Questão 54

4- Analise os itens seguintes:

I- Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem livremente administrar os bens próprios.

II- A compra a crédito de coisas necessárias à economia doméstica, por responsabilizar solidariamente ambos os cônjuges, somente pode ser feita por um mediante autorização do outro.

III- Quando um dos cônjuges não puder exercer a administração dos bens que lhe incumbe, segundo o regime de bens, caberá ao outro alienar os imóveis comuns e os móveis ou imóveis do consorte, mediante autorização judicial.

IV- No regime de comunhão parcial de bens, os bens que cada cônjuge adquirir por sucessão ficam excluídos da comunhão, ainda que a sucessão ocorra após o casamento.

Estão corretos, conforme o Código Civil:

- A) todos os itens.
- B) apenas os itens I, II e III.
- C) apenas os itens I, III e IV.
- D) apenas os itens II e IV.
- E) apenas os itens I e III.

**Questão 55**

Ana faleceu deixando dois filhos, Pedro e Paulo, e 3 netos: dois filhos de Pedro e um filho de Paulo. Pedro, no entanto, praticou crime contra a honra do companheiro de Ana pouco antes do falecimento da autora da herança. Nesse caso, é correto afirmar, conforme o Código Civil:

- A) Pedro, por ser herdeiro necessário, não pode ser excluído da sucessão por indignidade.
- B) Pedro será automaticamente excluído por indignidade, no próprio inventário, seja judicial ou extrajudicial.
- C) Pedro poderá ser excluído por indignidade, tendo o Ministério Público legitimidade para demandar a exclusão.
- D) A pretensão de exclusão de Pedro por indignidade prescreve em 5 (cinco) anos, contados da abertura da sucessão.
- E) Caso Pedro seja excluído da sucessão por indignidade, seus herdeiros sucederão, como se Pedro fosse morto antes da abertura da sucessão de Ana.

**Questão 56**

Acerca dos princípios do processo, marque a resposta correta conforme a Constituição Federal e o Código de Processo Civil:

- A) O princípio do contraditório importa na vedação à prolação de decisão judicial sem a prévia oitiva das partes, mesmo quando de apreciação de tutela de urgência.
- B) O atual Código de Processo Civil alçou a boa-fé objetiva à qualidade de norma fundamental do processo civil.
- C) A duração razoável do processo não consta do Código de Processo Civil como norma fundamental. Isso não significa, porém, que as partes e o órgão jurisdicional não devam observar o princípio, eis que se trata de garantia constitucional do processo.
- D) Proporcionalidade e razoabilidade são princípios implícitos do processo civil, que devem permear a relação processual mesmo que o Código de Processo Civil não tenha dispositivo expresso relativo a eles.
- E) Em razão do princípio da primazia do mérito, o juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, desde que se trate de matéria sobre a qual deve decidir de ofício.

**Questão 57**

O atual Código de Processo Civil entrou em vigor em 18/03/2016. Suas disposições aplicam-se:

- A) desde o início da vigência aos processos pendentes, ficando revogado o Código de Processo Civil anterior.
- B) apenas aos processos novos, ajuizados a partir de 18/03/2016.
- C) apenas aos processos em que a citação foi efetuada a partir de 18/03/2016.

- D) apenas aos processos em que o despacho de citação foi proferido a partir de 18/03/2016.
- E) a todos os processos pendentes, com eficácia retroativa, inclusive em relação a situações jurídicas consolidadas sob a égide do Código Civil anterior.

**Questão 58**

Sobre o princípio da inafastabilidade da jurisdição, é correto afirmar:

- A) O Poder Judiciário apreciará todas as demandas que lhe forem apresentadas, desde que caracterizada efetiva lesão a direito, excluindo aquelas que constituem mera ameaça de lesão.
- B) A inafastabilidade da jurisdição tem relação com a fundamentalidade constitucional do direito de ação.
- C) Pelo princípio da inafastabilidade da jurisdição, o processo apenas pode ser extinto quando for proferida decisão de mérito.
- D) O princípio da inafastabilidade da jurisdição impede que o juiz decida contra coisa julgada, ato jurídico perfeito e direito adquirido.
- E) Em razão da inafastabilidade da jurisdição, o processo deve ter início por iniciativa das partes, vedada a instauração de ofício de processo judicial pelo magistrado, excluídos os casos de tutela de urgência.

**Questão 59**

Leia os itens seguintes:

- I- A busca pela solução consensual dos conflitos é direito das partes e dever exclusivo do magistrado, não havendo obrigação ao Estado para que promova, quando possível, a solução consensual de conflitos.
- II- O estímulo à solução consensual dos conflitos pode ser feito no processo já em curso.
- III- O Código de Processo Civil prevê taxativamente os métodos de solução consensual de conflitos.
- IV- A arbitragem não pode ser considerada um método autocompositivo de solução de conflitos.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e III.
- B) apenas os itens II e IV.
- C) apenas os itens I, II e III.
- D) apenas os itens II, III e IV.
- E) todos os itens.

**Questão 60**

Considere determinado processo em que o magistrado aplicou regra procedimental já revogada e contrária à legislação vigente, tendo fundamentado sua decisão na equidade e nos princípios gerais de direito. Nesse caso, é correto afirmar que houve violação de qual garantia constitucional do processo?

- A) Duplo grau de jurisdição.
- B) Isonomia processual, no aspecto paridade de armas.
- C) Juiz natural.
- D) A chamada primeira onda do acesso à justiça.
- E) Devido processo legal.



Leia, com atenção, o texto:

“O Brasil celebra nesta semana um século de Previdência Social. Tudo começou em um distante 24 de janeiro de 1923, quando o então presidente da República Arthur Bernardes sancionou o Decreto 4.682. O texto obrigava todas as companhias ferroviárias do país a criarem caixas de aposentadorias e pensões para seus funcionários.

(...)

Um século depois, os critérios para a aposentadoria mudaram. Os trabalhadores do Regime Geral agora precisam respeitar uma idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), além de um tempo de contribuição de 20 anos (homens) e 15 anos (mulheres). Além disso, mesmo aposentado, o segurado paga à Previdência contribuições que variam de 7,5% a 22% do benefício.

(...)

Desde a Constituição de 1988, a Previdência Social enfrentou pelo menos sete reformas. A primeira delas foi a Emenda Constitucional 3, de 1993, que instituiu a contribuição previdenciária de servidores públicos. A mudança mais recente foi a Emenda Constitucional 103, de 2019, que extinguiu a aposentadoria por tempo de contribuição e elevou a idade mínima para homens e mulheres”.

Trechos do texto “Após 100 anos, Previdência enfrenta reformas, déficit e envelhecimento da população”, publicado em 25/01/2023.

Fonte: Agência Senado. Disponível em

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/25/apos-100-anos-previdencia-enfrenta-reformas-deficit-e-envelhecimento-da-populacao>

Com base nas informações apresentadas, redija um texto dissertativo, de 20 (vinte) a 30 (trinta) linhas, que:

a) explique em que consistem os direitos sociais e aponte em que momento, na evolução histórica, a previdência social passou a ser considerada um direito social;

b) estabeleça uma comparação entre as regras da aposentadoria compulsória no serviço público constantes do texto original da Constituição e do atualmente vigente, inclusive em relação a funcionários de empresas públicas e sociedades de economia mista.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16



**PROVA DISCURSIVA**

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30